



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

Secretaria da Fazenda

Rua Dalmacio Espindula, n. 115 – Centro – Santa Maria de Jetibá-ES – CEP: 29645-000

Tel: (27) 3263-4819

IPAT

DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - INSTITUIÇÃO, PREVISÃO E EFETIVA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

IDENTIFICAÇÃO: MUNICIPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

EXERCÍCIO: 2024

Considerando os termos do art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que cuida da previsão de arrecadação, enquanto requisito da gestão fiscal responsável da gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. 262 Considerando os termos do parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que cuida da vedação a realização de transferências voluntárias ao ente que não observe o dever de instituir, prever e arrecadar todos os impostos de sua competência constitucional, declaro que o Poder Executivo:

1. Instituição e Regularidade dos Impostos em Leis Municipais, Novo código tributário municipal Lei n. 1876/2016 em substituição ao antigo código tributária da Lei n. 097/1991:

1.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano):

Mantém a instituição do IPTU, na Lei Municipal 1876/2016, com a constituição do fato gerador, hipótese de incidência, alíquota, sujeito passivo e especialmente critérios para definição da base de cálculo.

Atualização da Base de Cálculo do IPTU no Exercício de 2024: Aplicou, durante o exercício, o índice oficial VRSMJ, atualizando a base de cálculo do IPTU para o lançamento.

1.2. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):

Mantém a instituição do ISSQN, conforme Lei Municipal 1876/2016, com a constituição fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota e lista de serviços reproduzida em compatibilidade com a LC 116/2003.

1.3. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis):



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

Secretaria da Fazenda

Rua Dalmacio Espindula, n. 115 – Centro – Santa Maria de Jetibá-ES – CEP: 29645-000

Tel: (27) 3263-4819

Mantém a instituição do ITBI, conforme Lei Municipal 1876/2016, com a constituição do fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota.

2. Previsão de Arrecadação dos Impostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Lei Municipal 2761/2023 – LOA inclui a estimativa de arrecadação para o exercício de 2024, referente aos impostos IPTU, ISSQN, ITBI e Imposto de Renda (IR) retido na fonte.

3. Lançamento e Cobrança dos Impostos no exercício.

3.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano): Realizou o efetivo lançamento do IPTU em face de todos os contribuintes que não possuem direito a imunidade ou isenção.

3.2. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza): Tem realizado o lançamento por homologação dos contribuintes que emitem nota fiscal eletrônica

3.3. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis): a) Realizou os lançamentos do ITBI considerando a boa-fé dos contribuintes, quanto a indicação da base de cálculo e quando não considerou adequada a declaração, instaurou, justificadamente, procedimento próprio para apuração da base de cálculo dos bens imóveis transmitidos considerando as condições normais de mercado. b) Realizou o lançamento do ITBI sem avaliar a declaração do contribuinte em face das condições de mercado, considerando inquestionável as informações apresentadas quanto a base de cálculo dos bens imóveis transmitidos. c) Realizou o lançamento do ITBI avaliando a base de cálculo dos bens imóveis transmitidos a partir da Planta Genérica de Valores instituídas para fins de apuração do valor venal do IPTU. d) Realizou o lançamento do ITBI avaliando a base de cálculo dos bens imóveis transmitidos a partir de valores de referências ou tabelas arbitradas previamente de forma unilateral pelo Município.

4. Cobrança da Dívida Ativa:

a) Realizou a cobrança de todos os créditos inscritos em dívida ativa tributária, exaurindo todos os métodos de cobranças legais, sendo ações administrativas e judiciais, estas quando cabíveis. 264 b) Realizou a cobrança parcial dos créditos inscritos em dívida ativa tributária, deixando de executar procedimentos de cobrança, em face de determinado número de contribuintes. c) Não realizou qualquer procedimento de cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa tributária. Nota: Meios de cobrança legais administrativos mais comuns são: ligações telefônicas, e-mail, mensagens de texto por aplicativo ou diretamente pela operadora, cartas, protesto extrajudicial, restrições nos cadastros de proteção ao crédito. Meio de cobrança judicial é a ação de execução fiscal.

5. Arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte:

Realizou a retenção do IR na fonte referente a todos os pagamentos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, bem como sobre rendimentos pagos, a qualquer título, em

ksk



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

Secretaria da Fazenda

Rua Dalmacio Espindula, n. 115 – Centro – Santa Maria de Jetibá-ES – CEP: 29645-000

Tel: (27) 3263-4819

conformidade a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1234/2012, especialmente quanto a dispensa da retenção estabelecida no art. 4º, desta Instrução.

6. Adoção de Medidas de Combate à Sonegação e Evasão Fiscal: a) Tem adotado medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, a partir de fiscalizações tributárias executadas por servidores de carreira específica da tributação. b) Não tem adotado medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, tendo em vista que não realizou qualquer fiscalização tributária no exercício de 202x. Nota: As estratégias para combater tanto a sonegação quanto a evasão fiscal incluem auditorias regulares e cruzamento de dados para verificar a conformidade tributária, uso de inteligência fiscal e big data para detectar padrões suspeitos e irregularidades, campanhas de educação fiscal para conscientizar os contribuintes, parcerias com outros órgãos e instituições para troca de informações, canais de denúncias anônimas, ações de recuperação de créditos tributários, aplicação de multas e penalidades, foco em setores de maior risco, programas de regularização ou anistia, simplificação dos processos tributários, e capacitação de agentes fiscais.

ksk